

REPRESENTAÇÕES DE FLORESTAS: A INDÚSTRIA E OS CONFLITOS DE RACIONALIDADES PRESENTES NA REVISTA O PAPEL DURANTE O PERÍODO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL (1939-1965)¹

Jamerson de Sousa Costa²

RESUMO: Esta pesquisa objetiva reconhecer e analisar quais são as representações de florestas, presentes na revista O Papel, publicação editada desde 1939 até a atualidade, e que pretende expressar os interesses da indústria de produção de celulose, papel e produtos correlacionados. Foi analisado o período de 1939 a 1965, marcado pela industrialização do Brasil, iniciada pelas mudanças promovidas pelo primeiro governo do presidente Getúlio Vargas, quando o foco da economia passou de agrário a industrial. O período se encerra nos momentos que antecederam os quase 20 anos de governos civil-militares, marcados como uma época distinta daquelas que a precederam e que a sucederam. Os resultados apontam para a hegemonia da representação de florestas como fontes de recursos e serviços, que podem se tornar “mais produtivas” por meio da intervenção humana. A partir da historiografia e do referencial teórico-metodológico empregado, fundamentado na História Ambiental, observamos que esse tipo de representação está baseado na hiper valorização da técnica e da economia de mercado, e afeta de muitas maneiras a deliberação sobre como agir a respeito da natureza, de forma a incluí-la ou a retirá-la da história.

Palavras-chave: história ambiental, natureza, florestas, indústrias, representações

REPRESENTACIONES DE LOS BOSQUES: LA INDUSTRIA Y LOS CONFLICTOS DE RACIONALIDADES PRESENTES EN LA REVISTA O PAPEL DURANTE EL PERÍODO DE INDUSTRIALIZACIÓN EN BRASIL (1939-1965)³

¹ Este artigo é resultado de pesquisa realizada entre 2014 e 2017, com uma análise preliminar do material publicado entre 1939 e 2014, e um estudo aprofundado do material publicado entre 1939 e 1965.

² Mestre em História. Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: jamersonscosta@gmail.com

³ Este artículo es resultado de investigación realizada entre 2014 y 2017.

RESUMEN: Esta investigación tiene como objetivo reconocer y analizar las representaciones de los bosques, presentes en la revista *O Papel*, una publicación publicada desde 1939 hasta el presente, y cuyo objetivo es expresar los intereses de la industria de producción de pulpa, papel y productos relacionados. Se analizó el período de 1939 a 1965, marcado por la industrialización de Brasil, iniciada por los cambios promovidos por el primer gobierno del presidente Getúlio Vargas, cuando el enfoque de la economía cambió de agrario a industrial. El período termina en los momentos que precedieron a los casi 20 años de gobiernos civiles y militares, marcados como un período distinto de los que precedieron y siguieron. Los resultados apuntan a la hegemonía de la representación de los bosques como fuentes de recursos y servicios, que pueden volverse “más productivos” a través de la intervención humana. A partir de la historiografía y el marco teórico-metodológico empleado, basado en la Historia Ambiental, observamos que este tipo de representación se basa en la sobrevaloración de la técnica y la economía de mercado, y afecta de muchas maneras la deliberación sobre cómo actuar con respecto a la naturaleza, para incluirla o eliminarla de la historia.

Palabras clave: historia ambiental, naturaleza, bosques, industrias, representaciones

REPRESENTATIONS OF FORESTS: INDUSTRY AND THE CONFLICTS OF RATIONALITIES PRESENT IN THE MAGAZINE O PAPEL DURING THE PERIOD OF INDUSTRIALIZATION IN BRAZIL (1939-1965)⁴

ABSTRACT: This research aims to recognize and analyze the representations of forests, present in the magazine *O Papel*, a publication published since 1939 to the present, and which aims to express the interests of the pulp, paper and related products production industry. I was analyzed the period from 1939 to 1965, marked by the industrialization of Brazil, initiated by the changes promoted by the first government of President Getúlio Vargas, when the focus of the economy changed from agrarian to industrial. The period ends in the moments that preceded the almost 20 years of civil-military governments, marked as a different period from those that preceded and followed it. The results point to the hegemony of the representation of forests as sources of resources and services, which can become “more productive” through human intervention. From the historiography and the theoretical-methodological framework employed, based on Environmental History, we observe that this type of representation is based on the overvaluation of technique and the market economy, and it affects in many ways the

⁴ This article is the result of research conducted from 2014 to 2017.

deliberation on how to act regarding nature, in order to include it or remove it from the history.

Keywords: environmental history, nature, forests, industries, representations

INTRODUÇÃO

“É preciso acabar com a ideia de que a floresta se desenvolve por si só”⁵.

Esse argumento é icônico de uma forma de representar as florestas, em particular; e a natureza, de um modo geral. Essa forma de representação tem como base uma visão tecnicista e economicista de mundo. Ou seja, uma forma de reduzir a complexidade da vida social e natural, aos valores relevantes prioritariamente para os campos da técnica e da economia de mercado. Neste caso, mede-se a importância das florestas pelo nível de aproveitamento que se pode obter delas, enquanto as mesmas são evidenciadas como fontes de recursos, de renda e de poder.

O entendimento da força que desse tipo de representação tem é central, para que possamos abordar e reconhecer as maneiras como se moldam as relações entre humanos e a natureza, na atualidade. Essas relações chamam a atenção, atualmente, quando são discutidos temas como desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e responsabilidade social e socioambiental. Dizemos que é central, porque são essas representações que definem as perspectivas de pensamento e, mais do que isso, de ação, sobre tudo o que nos cerca. Dessa forma, ao ser difundida, essa visão de mundo pode ser aceita; ao ser aceita, pode se tornar *hegemônica*; e, hegemônica, tende a afetar as ações e as decisões sobre o que pode ser feito, ou deixar de ser feito, a respeito da natureza.

Diante disso, nosso objetivo neste estudo é reconhecer e analisar as representações de florestas presentes na revista *O Papel*, no período de 1939 a 1965,

⁵ *O Papel*, “A técnica na exploração florestal”. **O Papel** (setembro, 1948): p. 61-62.

diante de um contexto de intensa industrialização no Brasil. Essa análise está fundamentada na historiografia e no referencial teórico-metodológico da História Ambiental, a partir da qual, em diálogo com outros campos da história e outras áreas do conhecimento, encontramos a representação de uma floresta extremamente dependente da proteção humana. Mas essa proteção é definida como o exercício do controle, da exploração e de uma busca pela produtividade. Nas palavras da própria revista, a representação de uma floresta que “não se desenvolve por si só”, para a qual “não basta explorá-la”, havendo uma “obrigação”: a de “transmitir, às gerações futuras, florestas sempre mais produtivas”⁶.

PESQUISA E CONTEXTO

Partimos da perspectiva de que existem diferentes tipos de representações sobre o que é a natureza. Também entendemos que essas representações são históricas. Ou seja, que elas são influenciadas pelos contextos históricos. Além disso, percebemos que os diferentes tipos de representações levam a diferentes tipos de apropriações. Com isso, de início, temos ressaltados tanto o caráter histórico das representações, quanto a interrelação entre elas e as apropriações.

Elaborando um pouco mais, temos de um lado as representações, que são formas de se conceber os mais variados elementos, elaboradas de maneira mais e menos intencional (SCHAMA, 1996, p. 16-17, 25), e sempre estão associadas diretamente com apropriações que são feitas, na prática, dos elementos representados (CHARTIER, 2002, p. 7).

Em continuidade, as apropriações são ações, *exercidas* ou *pretendidas*, sobre o que está sendo representado. Elas podem ser simbólicas, materiais, ou ambas, e ir do nível das

⁶ O Papel, “A técnica na exploração florestal”. **O Papel** (setembro, 1948): p. 61-62.

percepções aos níveis do mercado, da repartição e da partilha (KLANOVICZ; ARRUDA; CARVALHO, 2012, p. 8-9.). Equivale a dizer, portanto, que as representações *publicadas* em uma revista se relacionam com as apropriações, exercidas ou pretendidas, tanto por aqueles que escrevem para a revista, quanto pelo o seu público. Ou seja, aqueles para os quais se escreve e para quem o conteúdo se destina.

Diante disso, identificamos a revista O Papel como uma publicação em diálogo com a indústria de produção de papel. E, por isso, a identificamos como uma importante fonte, para se analisar as relações, materiais ou simbólicas, efetivas ou pretendidas, da indústria de produção de papel e produtos correlacionados, com a natureza.

O OBJETO DE ANÁLISE

Vale dizer que a revista O Papel foi lançada no final da década de 1930, pelas mãos de quatro empresários, todos envolvidos com a cadeia industrial de produção de papel. Na década de 1960, a publicação foi assumida pela Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP), entidade que se pretende ser a entidade representativa desse segmento industrial. Desde então, até hoje, essa revista continua sendo publicada.

Em nossa pesquisa, chegamos à revista O Papel após fazermos contato exatamente com a ABTCP. Depois do contato inicial, empreendemos duas visitas de campo ao acervo da publicação, ambas no ano de 2015, quando compilamos uma base de dados, com edições que abrangem um período compreendido entre a década de 1930 e a década de 2010⁷. Para este estudo, estabelecemos como recorte temporal o período entre o

⁷ O acervo da revista O Papel está localizado na sede da ABTCP em São Paulo, SP, Brasil. Tivemos o primeiro acesso em 2014, mediante prévio contato com a ABTCP, quando iniciamos a coleta do material. Na ocasião, nos foi gentilmente concedido um *login* de acesso temporário, que possibilitava baixar arquivos digitalizados da revista, que correspondia às edições das décadas de 1990, 2000 e 2010. Em 2015, fizemos duas visitas de campo ao acervo, uma em agosto e outra em dezembro daquele ano, com o objetivo de colher as edições anteriores, até então indisponíveis digitalmente. Posteriormente, ao longo da pesquisa, acessamos a página
Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 20 n°2, e-ISSN: 1982-3010, 2019

lançamento da própria revista, em 1939; e a publicação da segunda, e até o momento a mais longeva, versão do Código Florestal Brasileiro, em 1965⁸. Ressaltamos que o recorte temporal também coincide com o fim de um período político no Brasil, e início de outro, marcado pela ação de governos civil-militares.

Assim, com a definição do recorte, selecionamos para a análise direta aqueles textos que discorressem propriamente sobre florestas. Esse foi um filtro adotado, para discutirmos a relação da indústria com a natureza, por meio da seleção de um elemento da própria natureza que fosse central para a produção industrial de papel.

Para encontrar quais são esses textos a serem analisados, usamos como *chave de identificação* os títulos das matérias, dentre aqueles que contivessem o termo “floresta” e correlatos, como “florestal”, “florestamento”, “desflorestamento”, “reflorestamento”, entre outros. Partimos, com isso, do pressuposto de que o título de um texto é a parte onde se sintetiza ou se alude ao tema central do conteúdo. Essa síntese ou alusão pode ser de forma explícita ou implícita, mas está sempre conexa ao que se pretende tratar no conteúdo – pelo menos, em publicações de caráter técnico e/ou informativo, como é o caso de uma revista institucional que, nesse caso, adicionalmente, é voltada para uma indústria.

A seleção levou a um total de 50 textos, que somaram 226,5 páginas de leitura e interpretação, a partir das quais buscamos responder às três seguintes questões, principais, usadas no processo de análise de cada um dos textos selecionados:

1. Quais são as representações de florestas que são encontradas no texto?

online da ABTCP, para realizar buscas pontuais, referentes a questões emergentes da própria pesquisa, e também como forma de atualização do conteúdo.

⁸ O Código Florestal Brasileiro de 1965 foi substituído apenas em 2012. Além de duradouro e influente, por permear as últimas décadas no Brasil, o Código de 1965 foi um marco para a área florestal do país, sendo debatido e publicado em meio a um contexto de intenso processo de industrialização nacional.

2. Como a indústria representa a si própria, e é o qual seu posicionamento político, em relação às florestas?
3. Quais os possíveis motivos para essas representações (de florestas e de indústrias), e para esse posicionamento político, segundo a historiografia e o referencial teórico-metodológico adotado?

Partindo dessa metodologia, encontramos os seguintes resultados, que exploraremos detalhadamente nas próximas seções, a saber: florestas são presença relevante na revista *O Papel*; os públicos da revista promovem, com suas visões de mundo, as representações trazidas na publicação; esses públicos podem ser classificados em categorias principais, como: técnicos, burocratas (integrantes e representantes de governos), empresários, políticos e jornalistas (item 1.2); além do público, o contexto também dá contornos ao que foi publicado na revista; nesse caso, tratamos do contexto de industrialização do Brasil (1.3); público e contexto colocam a floresta, bem como as representações feitas dela, como fenômeno histórico (2); essas representações, no período analisado, têm como referência central a ideia de progresso (2.1); essa ideia torna privilegiadas as racionalidades técnico-científica (2.2) e econômica (2.3), e colocam a indústria de produção de papel, entusiasta dessas racionalidades, principal conhecedora da solução para o problema da diminuição das florestas (2.4), enquanto a causa do problema são os “outros”, que realizam atividades fora das racionalidades privilegiadas (2.5), como: fazendeiros, posseiros, camponeses, indígenas e outras indústrias (2.5.1, 2.5.2 e 2.5.3); esse posicionamento leva a conflitos entre o que é considerado “racional” e “irracional” (2.6); o que constrói a representação da indústria de produção de papel como principal defensora de florestas, que se assemelha a representações feitas atualmente, quando observamos indústrias que se promovem como protetoras da natureza, a despeito de críticas recebidas sobre os impactos ambientais causados pela atividade industrial, semelhança que guarda intensões pautadas na proteção daquilo que gera

riqueza para a própria indústria, como as florestas, representadas como fonte de renda para os produtores de papel industrial (3).

OS AUTORES DA REVISTA

Encontramos, como fio condutor em comum, a representação de florestas como uma presença importante na história dos públicos com os quais a revista pretende dialogar. Sobre essa importância, ela está permeada pelos usos que são feitos das florestas. Sobre o público, refere-se ao público *para o qual* a revista escreve; mas, também, ao público que *escreve para a revista*, como seus redatores, articulistas e entrevistados.

Fundamentado no referencial teórico-metodológico adotado, entendemos que uma análise deve considerar o conteúdo e, também, as condições de produção da revista. E que deve, de igual forma, considerar o público impactado pela publicação, uma vez que é para ele que estão baseadas as “estratégias de escritura e edição”; as “possibilidades e imposições” materiais da produção; e as competências, práticas e expectativas consideradas para a geração da informação (CHARTIER, 2002, p. 13.).

Com isso, consideramos em nossa análise que os artigos de O Papel foram escritos por autores que podem ser agrupados em cinco categorias: os técnicos, os burocratas, os empresários, os políticos e os jornalistas. O quinto grupo é uma referência aos textos publicados em outros periódicos jornalísticos, e que posteriormente foram republicados pela revista O Papel, uma prática comum durante as primeiras décadas de existência dessa revista, e que nos informa quais as ideias e opiniões são reverberadas, e a quais ideias e opiniões estão atinentes, tendo em vista o perfil dos entrevistados. Observa-se que esses entrevistados, muitas vezes, se encaixam em alguma outra categoria mencionada: técnicos, burocratas, empresários ou políticos.

Sem a pretensão de eliminar a diversidade de opiniões presentes na revista, mas com a proposta de identificar o direcionamento comum adotado nos textos, observamos que O Papel assume a voz de autores que compartilham de uma visão técnica e também tecnicista; econômica e também economicista; e institucional, ou seja, vinculada ao *status quo* vigente.

A perspectiva de um periódico que ecoa a voz de um grupo com uma visão dessas, que podemos sintetizar na tríade “técnico-econômica-institucional”, casa com o público-alvo pretendido pela revista. Descobrimos isso a partir de artigos, anúncios e informes publicados na própria revista, onde observamos que seu interesse é o de alcançar aqueles personagens da sociedade, capazes de influenciar nas rotinas e nos rumos da indústria do papel, seja “por dentro” – quer dizer, internamente, como técnicos e diretores com posição de decisão, dentro das fábricas; seja externamente – “de fora”, mas com atuação importante na rotina industrial, como investidores, políticos e representantes de órgãos públicos.

Os quadros abaixo apresentam um resumo da atuação de cada autor ou entrevistado, que motivou a abordagem da revista em cada um dos 50 artigos analisados, reforçando o pertencimento dos autores a um dos grupos abordados anteriormente.

QUADRO 1 – RESUMO DA PERSPECTIVA DOS AUTORES NA REVISTA O PAPEL									
Autores – Função à qual estão vinculados – Temas e abordagens na revista O Papel (1939-1965)									
Autor	“Dr.” Orlando de Almeida Prado	Gunnar Lowegren	M. Guinier	Adhemar de Barros	J. Philip Weyerhaeuser Jr.	E.E. Shaw	Adolfo Wahnschaffe	A. Barreto	Pimentel Gomes
Função	Cargo diretivo (presidente)	Cargo diretivo (chefe)	sem informação	Cargo público (governador)	Cargo diretivo (presidente)	Engenheiro florestal	Técnico e consultor	Acadêmico	Engenheiro agrônomo
Instituição	Junta Comercial de São Paulo	Câmara de Comércio da Suécia em Paris/matéria da revista do Banco Sueco de Comércio	Matéria da Revista do Ministério da Agricultura da França	Governo do Estado de São Paulo	Empresa madeireira norte-americana Weyerhaeuser Timber Co./matéria da reunião da Câmara de Comércio dos Estados Unidos	Empresa de produção de papel Canadian International Paper Co./matéria da reunião da Sociedade Canadense de Engenheiros Florestais	Independente; parceiro da revista O Papel	Escola Nacional de Agronomia	Revista “Brasil Açucareiro” do Instituto do Açúcar e do Alcool

Temas	Silvicultura criadora de riqueza. Devastação e diminuição do patrimônio florestal. Crescente demanda por madeira.	Superfície da Suécia coberta por florestas. Grande povoamento por instalação de fábricas. Investimento estatal em infraestrutura.	Urgente melhoria (tecnológica) do rendimento das florestas e a ampliação da cobertura florestal na França.	A exploração florestal rende oportunidade de negócios. A cobertura florestal é deficiente para a demanda e a exploração é ineficiente.	A economia moderna não é ameaça florestas. Ao contrário, estimula a arboricultura e o “cultivo científico”.	O valor das espécies varia com seu valor de mercado a partir de uso. Pesquisas têm ampliado o uso. Caminha-se para o “uso total”.	O interesse por matéria florestal cresceu na 2ª Guerra. Sugere a transformação de velhas fazendas em plantação.	O Brasil é dependente e da importação. A causa é a infraestrutura e a falta de florestas. Uma solução é reflorestar.	Distribuição territorial, áreas de coníferas, valores de exploração na América Latina e no Brasil.
--------------	---	---	--	--	---	---	---	--	--

QUADRO 1 (continuação) – RESUMO DA PERSPECTIVA DOS AUTORES NA REVISTA O PAPEL

Autores – Função à qual estão vinculados – Temas e abordagens na revista O Papel (1939-1965)

Autor	Carl A. Gustafson	Edgard Teixeira Leite	Ruben de Mello	François Mergen	A. Barsan	Eugene F. Horn	Lucas Tortorelli	T. François	José-Itamar de Freitas
Função	Cargo diretivo (chefe)	Economista	Cargo diretivo (diretor)	Acadêmico	Sem informação	Engenheiro florestal	Engenheiro florestal	Engenheiro	Sem informação

Instituição	Divisão de Controle de Incêndios do Serviço Florestal do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos	Conselho Nacional de Economia/ matéria do jornal "Correio da Manhã" do Rio de Janeiro	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo	Escola de Florestas da Universidad e de Yale/matéria da FAO	Sem informação	Sem informação	Grupo de Assessoria para Capacitação e Pesquisa Florestal na América Latina da FAO	Subseção de Política Florestal da Direção de Florestas e Produtos Florestais da FAO	Sem informação
Temas	Área queimada nos EUA dobrou de 1949 a 1950. Onde houve queda foi onde tem mais tecnologia.	Consumo de madeira e sua relação com a civilização. O Brasil tem florestas exploráveis destruídas pela lavoura. É preciso uma mudança de mentalidad	"Problema florestal" é a falta de matas exploráveis. Deve-se reflorestar. As florestas prestam serviços naturais. Alteração da legislação é necessária.	Modificação genética para produção de qualidade superior.	Importância e métodos da silvicultura. A devastação pelo fogo do pequeno e médio lavrador. Elogio das florestas homogêneas e o reflorestar.	Melhor forma de aproveitar matas da Amazônia na exploração racional.	O marco da instalação da FAO na América Latina e seus técnicos europeus na região. Necessário que governos invistam em racionalizar a exploração.	A importância da existência de políticas florestais para a exploração florestal, pela conservação de florestas existentes e o reflorestar com fins econômicos	Problema da desertificação e necessidade de serviços florestais oficiais e punições, como a queima de roçados e pastos.

		e.						.	
--	--	----	--	--	--	--	--	---	--

Outro fator importante é a presença marcante da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO, da sigla em inglês para “Food and Agriculture Organization of the United Nations”), da Organização das Nações Unidas (ONU), que apresenta artigos em constante parceria a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), também um órgão da ONU.

Entre os 18 autores e entrevistados do período, três estão vinculados à FAO: François Mergen (1960a); Lucas Tortorelli (1961j; 1963e); e T. François (1962a). Mas vale ressaltar que, além deles, outros oito textos foram publicados ou republicados na revista *O Papel* a partir do material de divulgação oferecido pela própria FAO. Esses textos, sob a perspectiva da FAO e da Cepal, equivalem a nada mais, nada menos que 22% do total de textos que abordam as florestas no período analisado.

Vale ressaltar que a historiografia critica a presença da FAO no debate florestal. Existem autores consagrados na História Ambiental que apontam que o órgão da ONU se tornou um ponto de disseminação de uma racionalidade econômica, como a porta voz em primeiro lugar dos interesses da indústria e de pessoas e empresas que fomentam somente a exploração econômica das florestas, sem incorporar interesses de cunho social e ambiental, por exemplo (DEAN, 1996, p. 288-289.). Nesse sentido, observamos que, realmente, os textos citam as madeiras como as principais interessadas e as mais atuantes na conservação de recursos naturais; e uma forte defesa da formação de engenheiros e técnicos silvicultores, com a visão clara de expandir a racionalidade do uso de terras, com um viés puramente de exploração econômica.

Por exemplo, no artigo “Comissão Florestal Latino-Americana – VI Reunião”⁹ detalha-se o encontro realizado pela FAO em 1958, no qual foram debatidos os temas florestais com os representantes de diferentes países e órgãos internacionais – sendo 15 países da América (incluindo o Brasil e os Estados Unidos), dois países da Europa e sete

⁹ *O Papel*, “Comissão Florestal Latino-Americana: VI Reunião”. *O Papel* (novembro, 1959b): s/n.

organizações (a ONU entre elas). Nesse texto de 1959, os madeireiros são incorporados em um grupo que inclui as pessoas interessadas em conservar os recursos naturais, como se pode ver:

Considerando que os proprietários de florestas particulares, os agricultores desejosos de reflorestá-las, os silvicultores, as pessoas que se interessam pela conservação dos recursos naturais e os industriais madeireiros, [todos eles] desempenham um papel essencial para o desenvolvimento das políticas florestais nacionais, se recomenda aos Governos que favoreçam o estabelecimento de grupos e associações de membros dessas profissões, e que a FAO elabore uma lista dos grupos e associações desta natureza que existem na região.¹⁰

Abaixo, apresentamos um resumo dos textos publicados sob a autoria institucional da própria FAO (sem o nome de um redator especificado).

¹⁰ O Papel, “Comissão Florestal Latino-Americana: VI Reunião”. **O Papel** (novembro, 1959b): s/n. Esse texto foi adaptado, aqui no estudo, do espanhol: “Considerando que los propietarios de bosques privados, los agricultores deseosos de reforestar, los silvicultores particulares, las personas que se interesan en la conservación de los recursos naturales y los industriales madereros, desempeñan un papel esencial en el desarrollo de las políticas forestales nacionales, se recomienda a los Gobiernos que favorezcan el establecimiento de grupos y asociaciones de miembros de estas profesiones, y que la FAO elabore una lista de los grupos y asociaciones de esta naturaleza que existen ya en la región”.

QUADRO 2 – MATÉRIAS DA FAO NA REVISTA O PAPEL									
Textos com a indicação “Fonte: FAO” na revista O Papel (1939-1965)									
Ano	1959 ^a	1959b	1959c	1960d	1961c	1961g	1962b	1963a	-
Instituição	Seção de Documentos e Publicações da FAO	Comissão Florestal Latino-Americana da FAO	FAO	FAO	FAO	FAO	FAO	FAO	-
Temas	TEXTO EM ESPANHOL. Descrição de espécies nativas da América Latina e suas características com indicações de uso.	TEXTO EM ESPANHOL. Ata de reunião com definições diversas sobre fomento; políticas; controle de incêndios e “agricultura nômade”; colonização; reflorestar;	TEXTO EM ESPANHOL. A anunciada pretensão deste texto é desconstruir a imagem das indústrias de papel como destruidoras das florestas, apontando	Informativo sobre reunião com destaque para estudos sobre a produção de polpa e de papel na América Latina.	Destaca a implantação de um centro de pesquisa e treinamento da FAO na América Latina, na Venezuela.	ONU aprova repasse de verba para Escola Nacional de Florestas.	TEXTO EM ESPANHOL. A necessidade de contratar engenheiros florestais na América Latina em termos econômicos, relacionado à capacidade destes de	TEXTO EM ESPANHOL. A América Latina é a região com maior reserva florestal do mundo, mas importa produtos florestais. Estudo da FAO e Cepal questiona os motivos	-

		formação de mão-de-obra; aproveitar espécies tropicais; silvicultura.	outras atividades, agricultura e outras indústrias com alto consumo de madeira.				rentabilizar a floresta.	e registra que países devem rever suas políticas, incentivando o plantio.	
--	--	---	---	--	--	--	--------------------------	---	--

Conhecer bem o direcionamento dos autores e editores é algo decisivo para se verificar e definir a “história da construção de identidades” (CHARTIER, 2002, p. 11) em uma revista. Neste caso, a construção de identidades sobre as florestas e as indústrias, formulada nas páginas da publicação. Vale dizer que a história da construção de identidades é uma narrativa definida pelo êxito ou pelo fracasso “do trabalho que os grupos efetuam sobre si mesmos – e sobre os outros – para transformar as propriedades objetivas que são comuns a seus membros em uma pertença percebida, mostrada, reconhecida” (CHARTIER, 2002, p. 11).

A partir da construção dessa história, identificamos o direcionamento, *a partir dos textos selecionados*, para uma visão técnico-econômica-institucional que mencionamos anteriormente. Mas é importante ressaltar que esse direcionamento pode e deve estar relacionado, diretamente, com o próprio contexto histórico no qual os artigos foram escritos e publicados.

O CONTEXTO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

A historiografia traça o ano de 1930 como o gatilho da industrialização no Brasil, quando Getúlio Vargas assumiu o governo e deu início a programas de desenvolvimento da indústria (MENDONÇA, 2016, p. 321). A “Revolução de 1930”, movimento que colocou Vargas na presidência, alterou as configurações sociais e políticas do país, em favor de um projeto de industrialização que se contrapunha ao modelo agrário, que então era o modelo hegemônico naquela época (FAUSTO, 2007, p. 325-327; SILVA, 1998, p. 113-127 *apud* CARVALHO, 2004, p. 47-48).

No período analisado, vale destacar a posse, como presidente, de outro entusiasta da industrialização: Juscelino Kubitschek, que, em 1956, lançou o “Plano de Metas” de seu governo (1956-1961), com a promessa de fazer o Brasil “avançar 50 anos em 5”, uma maneira de reafirmar a industrialização como o principal objetivo a ser alcançado naquele momento. Observa-se que os planos e ações de governo geraram resultados. Por

exemplo, de 1955 a 1961, a indústria brasileira cresceu cerca de 80% em valor de produção, descontada a inflação do período; e algumas indústrias tiveram crescimentos considerados impressionantes pelos analistas daquela época (FAUSTO, 2007, p. 427). Boris Fausto (2007, p. 427) descreve o nível de crescimento do período de acordo com a tabela que sintetizamos a seguir:

TABELA 1 – Crescimento industrial no Brasil 1955-1961

Indústria	Percentual aproximado de crescimento
Transporte	600%
Eletricidade e comunicações	380%
Mecânica	125%
Aço	100%

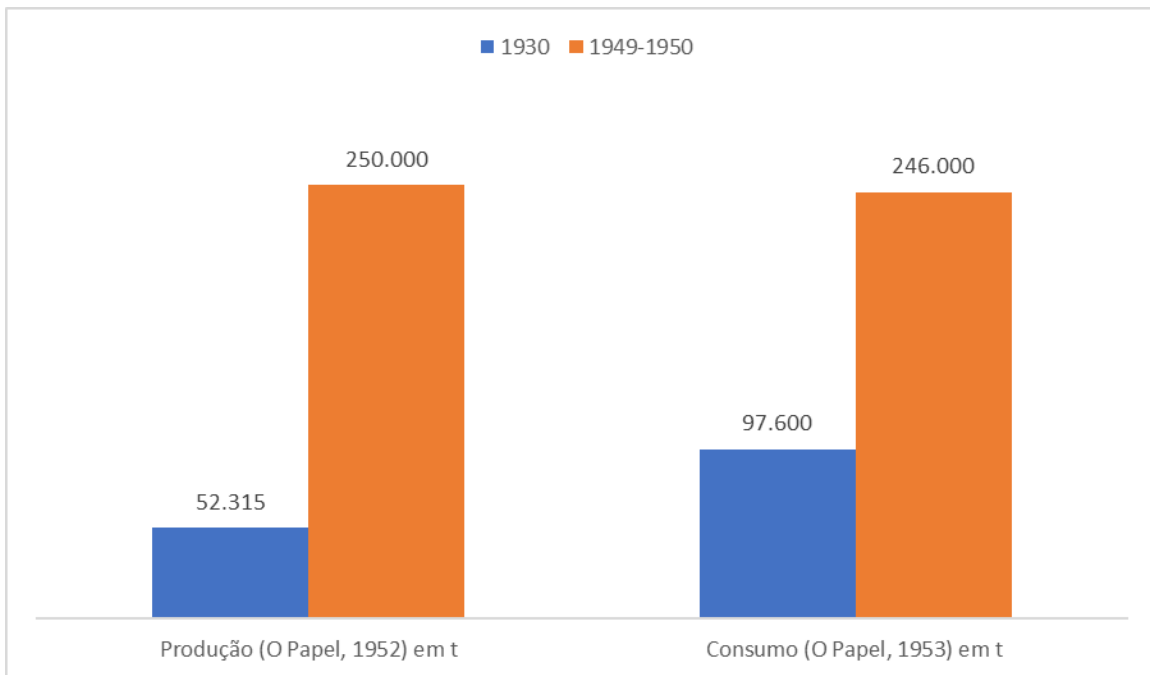
Fonte: adaptado de Boris Fausto. História do Brasil. 12. ed. 2. reimpr. (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007): p. 427.

A indústria de papel, que compõe o nosso objeto de estudo, também experimentou grande crescimento. A partir de dois artigos publicados na própria revista, traçamos uma relação entre a produção e o consumo de papel na época. O texto “Fazendas florestais”¹¹ apresenta um aumento na *produção* de papel e papelão entre 1930 e 1950; enquanto “Novas diretrizes para a política de aproveitamento das reservas florestais do Brasil”¹² informa a respeito do aumento do *consumo* de papel de 1930 para 1949. Sintetizamos as informações dos dois textos da seguinte forma:

GRÁFICO 1 – Produção e consumo de papel no Brasil

¹¹ O Papel, “Fazendas florestais”. **O Papel** (janeiro, 1952b): p. 33-38.

¹² O Papel, “Novas diretrizes para a política de aproveitamento das reservas florestais do Brasil”. **O Papel** (fevereiro, 1953): p. 15-16.



Fonte: adaptado de O Papel, “Fazendas florestais”. **O Papel** (janeiro, 1952b): p. 33-38; O Papel, “Novas diretrizes para a política de aproveitamento das reservas florestais do Brasil”. **O Papel** (fevereiro, 1953): p. 15-16.

RESULTADOS

Observamos a floresta como um fenômeno histórico. Em outras palavras, equivale a dizer que a relação das pessoas e sociedades com esse elemento da natureza varia de acordo com o contexto histórico, alterando-se no tempo e no espaço. Ser um fenômeno histórico significa que elas estão permeadas por desejos e anseios daqueles que com elas convivem.

Isso com base na perspectiva de que “todas as nossas paisagens, do parque urbano às trilhas na montanha, têm a marca de nossas persistentes e inelutáveis obsessões” (SCHAMA, 1996, p. 25). Com isso, equivale a dizer que, quando em contato com a natureza, a memória humana cria formas diferentes de representar e de se apropriar da natureza, com base em vivências, que são distintas para cada pessoa e grupo social, nos mais variados tempos e sociedades.

É por isso que, conforme argumenta Schama (1996, p. 16-17), “se a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados [...], muito mais elaborada é a moldura através da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem”. Essa paisagem, embora tenha uma parte “física”, é elaborada e reelaborada, de acordo com filtros formados pelas representações, que são como ideias socialmente difundidas. A natureza, portanto, “compõe-se tanto de camadas de lembranças, quanto de estratos de rochas” (SCHAMA, 1996, p. 16-17), ressaltando seu caráter físico, mas também mental.

A INFLUÊNCIA DA IDEIA DE PROGRESSO

Existem algumas ideias que permeiam a revista e ajudam a entender qual são esses aspectos mentais, formamos por representações, que são difundidas, repetidas e adotadas na prática da apropriação.

Na revista O Papel, as representações de florestas foram entremeadas, no período analisado, pela ideia de que a produção industrial se apropriava das florestas pelo bem do progresso da humanidade e de um projeto de civilização. Tais ideias são repetidas vezes apontadas no período, o que, para nós, revela um pensamento que esteve presente na época, e casa com o contexto de industrialização do Brasil. Nos revela, também, o posicionamento dos próprios autores – integrantes de governos, técnicos, industriais – e, por último, da revista em seu projeto editorial.

Por exemplo, é defendido na revista que existia uma tendência, no contexto de industrialização da época, para a intensificação da exploração florestal, em função da aceleração do “progresso da humanidade”. Chama-se a atenção para um acelerado ritmo de crescimento vivido na economia mundial, frente a um progresso dado como certo e inevitável – do qual ressaltamos o aspecto de *inevitabilidade* evidenciado – e para o qual restaria, como última alternativa, *apenas a certeza* de uma *inevitável* pressão sobre as florestas.

esse consumo vai em aumento crescente, de ano para ano, acompanhando, par a passo, o progresso da civilização e o aumento assombroso da espécie humana!... Mas o que é mais certo, e impressionante, é este argumento: - O progresso da civilização e o aumento da espécie humana se processam e realizam rápida e vertiginosamente, e, assim, as suas necessidades cada vez maiores e mais prementes: o contrário se dá com a vida das árvores, cujo crescimento é lento e gradual. [...] A humanidade aumenta e progride; as florestas diminuem e retrogradam. A extensão das reservas diminuem [sic] na razão inversa do aumento do consumo de madeira.¹³

A relação entre progresso e consumo de madeira é reafirmada em mais de uma edição da revista no período de 1939 a 1965. Vejamos: um economista entrevistado diz que “o consumo de madeira acompanha de perto do grau de civilização de um povo”. A maneira que ele tem para explicar a relação entre progresso e consumo de madeira se dá por meio da comparação entre indicadores de países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”. Conforme a classificação ressaltada pelo próprio economista, “basta comparar, por exemplo, os índices relativos à demanda desse produto [madeira], *per capita*, nos Estados Unidos, e em alguns países subdesenvolvidos da Ásia e da própria América Latina”¹⁴. Nesse caso, elabora-se que onde existe maior consumo de madeira, existe maior nível de riqueza, maior consumo de produtos elaborados e maior acesso a cultura, evidenciando o lugar do papel na produção de livros e outros materiais.

A pressão por madeira, conforme representada na revista em diferentes reportagens, implica em uma série de classificações das florestas, conforme suas funções e as formas de *ajustá-las aos interesses econômicos pretendidos*. Diante disso e do que foi comentado, o papel usado na imprensa encabeça a relação entre consumo e progresso, uma vez que, “evidentemente, a demanda desse tipo de papel está condicionada ao grau

¹³ O Papel, “O problema florestal”. **O Papel** (março, 1941a): p. 25.

¹⁴ O Papel, “Novas diretrizes para a política de aproveitamento das reservas florestais do Brasil”. **O Papel** (fevereiro, 1953): p. 15.

de alfabetização de um povo”¹⁵. O aumento da produção de papel era, assim, representado como indício de alfabetização e sinônimo de “civilização” e de “progresso”.

Essa perspectiva é analisada pela historiografia como a defesa de um viés ideológico de progresso, como algo que tem unicamente bons resultados, não sendo relevantes as perdas a que pessoas ou grupos fossem expostas por causa dessa ideologia.

a ideia de progresso tem uma função ideológica. Se a história tem um sentido – aquele trilhado pelos países centrais do sistema-mundo – bastaria seguir esse caminho que “tudo iria ficar bem no final”. Não eram necessárias ações redistributivas ou precaução com os efeitos deletérios do processo, pois todos alcançariam o bem-estar “naturalmente” (CARVALHO, 2017, s/n)¹⁶.

RACIONALIDADE TÉCNICO-CIENTÍFICA NA RELAÇÃO COM AS FLORESTAS

As florestas representadas na revista são inicialmente classificadas entre nativas e replantadas. As nativas, também chamadas de “virgens”¹⁷, “existentes”¹⁸ e “naturais”¹⁹, são apresentadas como alvos históricos da devastação e da ação imprevidente de populações antigas, não dotadas de conhecimento técnico e científico, que agiram despreocupadas com a sua proteção. Por seu turno, as florestas replantadas, também chamadas de “replântio racional”²⁰, “reflorestamento científico e industrial”²¹ e matas

¹⁵ O Papel, “Novas diretrizes para a política de aproveitamento das reservas florestais do Brasil”. **O Papel** (fevereiro, 1953): p. 16.

¹⁶ O autor, nesse trecho, analisa como a ideia de uma “industrialização redentora”. Ou seja, de que industrializar o Brasil se tornou a prioridade de governos, enquanto os problemas socioambientais eram vistos como um custo aceitável, diante dos benefícios do progresso trazidos pela industrialização. Afirmava-se que era necessário “fazer o bolo crescer, para depois distribuir”, ou seja, fazer a economia crescer para depois resolver o problema da “dívida social”, em uma época em que a industrialização se efetivou baseada na concentração de renda. Conforme Carvalho (2017), o discurso do progresso justificava tais políticas “concentracionistas”.

¹⁷ O Papel, “O problema florestal”. **O Papel** (março, 1941a): p. 26.

¹⁸ O Papel, “A técnica na exploração florestal”. **O Papel** (setembro, 1948): p. 61.

¹⁹ O Papel, “Algo sobre florestas”. **O Papel** (agosto, 1951b): p. 42.

²⁰ O Papel, “O problema florestal”. **O Papel** (março, 1941a): p. 25.

²¹ O Papel, “O problema florestal”. **O Papel** (março, 1941a): p. 28.

“artificiais”²², são apresentadas como uma forma justa e digna de compensação, necessária para equilibrar o histórico e contínuo uso das florestas nativas – por diferentes grupos, mas principalmente por pessoas e empresas sem preparo técnico-científico para tal.

Sendo assim, a compensação é representada como um caminho necessário, devido à diminuição das florestas nativas, no passado e no presente, mas também dada como certa para o futuro. Cria-se a ideia de uma urgência pela solução do “problema florestal”, na medida em que o mundo inteiro testemunhava um aumento da demanda por matéria-prima de base florestal. Com isso, defende-se que a solução mais adequada seria a criação de mais e cada vez mais florestas replantadas. Na constatação de que o déficit pelo uso – um uso considerado inevitável, diga-se de passagem – “será cobrado e correrá por conta das florestas nativas, que não estão sendo compensadas com o replantio racional”, reforçava-se que a diminuição da base florestal era “devido ao aumento do consumo, agravado com a falta de replantio das florestas abatidas”. Assim, chega-se facilmente à conclusão que a solução andaria em proximidade com as ideias de “disciplinar o aproveitamento das matas nativas” e, assim, “obrigar o reflorestamento das áreas incultas das zonas devastadas”²³.

Percebam o caminho traçado por um argumento, encontrado em mais de uma edição da revista, de forma mais evidente ou menos evidentes, permeando a abordagem de outros assuntos. A pretensão inferida era a de que o reflorestamento, portanto, compensaria a queda das florestas nativas e, ao mesmo tempo, disciplinasse o “aproveitamento das matas nativas”, por meio da reposição da matéria-prima e do ordenamento de sua produção. Esses são, coincidência ou não, dois fatores vantajosos para a indústria de produção de papel. Assim, o uso consubstanciado de florestas nativas e replantadas é ressaltado na revista, chegando-se à conclusão de que, “agora e para o

²² O Papel, “Algo sobre florestas”. **O Papel** (agosto, 1951b): p. 42.

²³ O Papel, “O problema florestal”. **O Papel** (março, 1941a): p. 25.

futuro, urge desenvolver o rendimento das florestas existentes e, paralelamente, estender a superfície florestal, permitindo melhor utilização”²⁴.

RACIONALIDADE ECONÔMICA NA RELAÇÃO COM AS FLORESTAS

Além de representar as florestas pela classificação entre nativas e replantadas, a revista *O Papel* apresenta a classificação baseada nas espécies predominantes nas florestas. As florestas heterogêneas, também identificadas como “tropicais” e “indígenas” pela própria publicação, são formadas por diferentes espécies de árvores e apresentam uma grande biodiversidade. Elas se encontram nas zonas tropicais, onde as chuvas são mais abundantes, e as temperaturas médias são mais altas, como uma boa parte do território brasileiro e, também, da América Latina, assim como em parte da Ásia e da África.

Por outro lado, as florestas homogêneas, também chamadas de “temperadas” e “coníferas” na revista, são formadas por uma ou poucas espécies predominantes, e apresentam menor biodiversidade, se comparadas com as florestas tropicais. Elas se encontram em zonas temperadas, onde as chuvas são menos abundantes e as temperaturas médias são mais baixas, encontradas na Europa e grande parte da América do Norte, assim como outra parte da Ásia e em uma pequena área da América do Sul.

Apropriar-se da classificação heterogêneas-homogêneas leva a uma subclassificação observada na revista, em termos de usos econômicos. As florestas heterogêneas são também classificadas como de *exploração antieconômica*²⁵ e apresentadas como tendo um “baixo rendimento econômico”²⁶. Essas são características

²⁴ *O Papel*, “A técnica na exploração florestal”. *O Papel* (setembro, 1948): p. 61.

²⁵ *O Papel*, “Novas diretrizes para a política de aproveitamento das reservas florestais do Brasil”. *O Papel* (fevereiro, 1953): p. 16.

²⁶ *O Papel*, “O problema florestal”. *O Papel* (junho, 1954b): s/n.

depreciáveis, segundo a linha editorial de O Papel na época, e estão baseadas por aquela que consideramos, atualmente, ser uma das maiores riquezas desse tipo de floresta: a sua rica biodiversidade e suas amplas possibilidades, conhecidas ou a serem conhecidas, nas mais diferentes áreas, de consumo a saúde pública, por meio da exploração de elementos naturais com ricas propriedades.

Mas, naquele momento, como afirma um autor,

as nossas florestas tropicais, como todas as desse gênero, são de baixo rendimento econômico, pela grande diversidade de espécies vegetais, sendo poucas delas aproveitáveis e, na maioria, de madeiras duras, enquanto que as necessidades são de maior consumo de madeiras moles.²⁷

Outros aspectos evidenciados nessa classificação homogênea-heterogênea, e nessa subclassificação econômicas-antieconômicas, são a dificuldade de acesso às florestas, que tornam aquelas com mais diversidade de espécies “inacessíveis”²⁸, já que estão “localizadas em pontos onde a civilização ainda não penetrou”²⁹; enquanto as florestas homogêneas são “economicamente exploráveis”³⁰.

A REPRESENTAÇÃO DA INDÚSTRIA DO PAPEL ENQUANTO PROTETORA DAS FLORESTAS

Representações da própria indústria do papel publicadas na revista criam uma forma de autodefini-las. Uma representação encontrada, já de início, nos primeiros textos de meados da década de 1940 a meados da década de 1950, é da indústria que atrai riquezas. O reflorestamento de uma região como o Vale do Paraíba, entre São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, foi citado como um aspecto incentivador para uma posterior

²⁷ O Papel, “O problema florestal”. **O Papel** (junho, 1954b): s/n.

²⁸ O Papel, “Novas diretrizes para a política de aproveitamento das reservas florestais do Brasil”. **O Papel** (fevereiro, 1953): p. 16.

²⁹ O Papel, “O problema florestal”. **O Papel** (junho, 1954b): s/n.

³⁰ O Papel, “Baseada no reflorestamento a indústria de celulose no Brasil”. **O Papel** (agosto, 1951a): p. 17.

instalação de numerosas indústrias e a possível transformação dessa região em “um dos mais prósperos centros do país”, que atrairia “riquezas incalculáveis para suas populações”³¹.

A indústria de produção de papel influencia no aumento da população local onde está instalada, o que concorre a favor da elevação da riqueza desse local, por meio da instalação de empresas e criação de possibilidades de negócios. Aconteceu, conforme revisita a revista, no norte da Suécia, onde a população quintuplicou em pouco mais de um século: tudo a partir da instalação de indústrias de base florestal³². Aconteceu, também, no nordeste do Paraná, Brasil, onde a população de Monte Alegre cresceu de um vilarejo com 25 pessoas para mais de 18 mil habitantes, em um curto espaço de pouco mais de uma década, o que foi possível pela instalação de uma fábrica da Klabin³³.

Ao atrair riquezas e população, a revista cria para a indústria uma representação da atratora de investimentos em infraestrutura, favorecendo a sociedade local em espaços que antes nem eram lembradas pelos governos. Sem comunicação, transporte e energia, a indústria mesma não se sustentaria, criando-se uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que atrai investimos do governo, a falta ou a fartura de investimentos surge como uma balança de fundamental importância para o desenvolvimento da própria indústria.

A falta desse investimento é, aliás, uma crítica recorrente nas páginas da revista ao Brasil, colocado em comparação ao a países onde a indústria de produção de papel é considerada mais desenvolvida. A Suécia, por exemplo, é citada na revista³⁴ em relação ao investimento do governo, de cerca de 50 milhões de dólares (aproximadamente R\$ 212,4 milhões na conversão atual, em valores sem correções pela inflação) para a infraestrutura

³¹ O Papel, “Baseada no reflorestamento a indústria de celulose no Brasil”. **O Papel** (agosto, 1951a): p. 18.

³² O Papel, “Suécia – país florestal”. **O Papel** (fevereiro, 1946): p. 53.

³³ O Papel, “Monte Alegre – o maior reflorestamento do Brasil”. **O Papel** (novembro, 1958): s/n.

³⁴ O Papel, “Suécia – país florestal”. **O Papel** (fevereiro, 1946): p. 53.

de transportes fluviais, naturais e artificiais, na década de 1940. Esse é um apoio que os governos do Brasil não prestam por aqui, segundo a publicação.

Uma crítica da historiografia da História Ambiental a esse tipo de comparação é que o modelo de replantio adotado em países do hemisfério norte não deve ser pensado como um modelo pronto, a ser adotado em outros países, simplesmente porque as realidades de cada um deles é diferente. Escobar (2007, p. 12) considera essa replicação uma forma de subjugação, em que os padrões dos países considerados “desenvolvidos” são aplicados aos países considerados “subdesenvolvidos”, de forma a se desconsiderar as especificidades sociais e ambientais – ou socioambientais – locais. Além disso, desconsidera-se também as perdas irreparáveis para a biodiversidade original (DEAN, 1996, p. 23), evidentemente no caso de uma substituição de florestas tropicais por florestas temperadas, troca essa que é privilegiada nos projetos de replantio, pensando na “utilidade” econômica, mas não na importância da trajetória socioambiental que determinadas florestas tropicais desempenham em suas regiões de origem.

A CAUSA DOS PROBLEMAS FLORESTAIS SÃO SEMPRE OS “OUTROS”

Se a solução do problema da diminuição das florestas está no reflorestamento, um processo que tem indústria de produção de papel na sua liderança, onde então estaria a causa desse problema? A indústria faria parte da solução, não do problema. Mas quem faria parte, portanto, do problema?

A resposta encontrada na revista é: a causa do problema são os “outros”. E os outros incorporam indígenas, posseiros, pequenos fazendeiros e grandes fazendeiros. Incorporam até mesmo outras indústrias: mas não a indústria de produção do papel. Esses outros são responsáveis, segundo as representações encontradas, porque exploram as

florestas de forma mais intensa ou, dito de outra maneira, de forma “errada”, “irracional”; ou as duas coisas.

a situação, já de si tão difícil, do problema florestal e da produção de pasta de madeira e de celulose, e madeira para obra e outros fins, no mundo inteiro, é, entre nós [no Brasil], agravada por duas causas: - primeiro, pela necessidade sempre crescente, que temos, de descortinar terras novas para nelas lançar as nossas diferentes lavouras, - segundo, pela devastação improdutiva das nossas matas, produzida pelas queimadas e incêndios sistemáticos praticados por desbravadores inconscientes dos sertões, que somente sabem semear nas cinzas quentes das queimadas e que, a cada passo, destroem toda uma imensa floresta para apenas cozinhar uma refeição!!!...³⁵

GRANDE FAZENDA

Desenvolvendo mais a participação de cada um desses prejudicadores das florestas, que, por causa desse prejuízo histórico, *necessita* da proteção técnica e racional, podemos citar primeiramente a grande lavoura. Ela é representada negativamente na revista, devido à destruição florestal causada no tempo, pela abertura de fronteiras agrícolas sobre as áreas de florestas. O avanço agrícola, geralmente, se fez com derrubada e queima das florestas, artifícios usados na abertura de campos de agricultura.

A necessidade de “descortinar terras novas” para nelas “lançar as nossas diferentes lavouras”³⁶, é uma característica atribuída à grande lavoura, plantações de monocultura, com destaque para o plantio do café e da cana-de-açúcar que tiveram prevalência no Brasil (note-se), antes da industrialização.

Com isso, um autor escreve para O Papel, em tom entristecido, explicando que lhe restava “o consolo de que, como madeireiro, constei que não somos nós os responsáveis pela devastação havida e sim as lavouras, especialmente de café”, justificada pela presença dessa lavoura e suas conseqüências nas regiões do Brasil situadas entre os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná³⁷.

PEQUENA FAZENDA E LAVOURA INDÍGENA

Segunda causa, a pequena lavoura é representada pelo plantio camponês. Esse tipo de plantação está associado a práticas tradicionais indígenas e sertanejas (ressaltadas

³⁵ O Papel, “O problema florestal”. **O Papel** (março, 1941a): p. 25.

³⁶ O Papel, “O problema florestal”. **O Papel** (março, 1941a): p. 25.

³⁷ O Papel, “O problema florestal”. **O Papel** (junho, 1954b): s/n.

como habituais entre os “desbravadores inconscientes dos sertões”); e não se distancia muito da ação do madeireiro independente, que corta a madeira para fazer lenha de uso próprio (“apenas para cozinhar uma refeição”) ou para a venda, em baixa escala. Essas práticas são negativadas enquanto devastadoras, improdutivas e inconscientes³⁸. Observa-se que, nesse caso, *a exploração das florestas não é questionada*. Mas, em realidade, o que se questiona é a *forma* como elas são exploradas:

há mais de século, as ubérrimas terras do país vêm sendo calcinadas pelas queimadas indígenas dos agricultores apressados, que carecem do chão para as suas plantações agrícolas. A par da foice que desbrava, do machado que abate troncos seculares, vem o fogo a consumir os últimos vestígios da mata, a estorricar a superfície húmida e fertilizadora do solo, que se esgota e esteriliza, mesmo antes da exploração intensiva. [...] As autoridades, por mais que se esforcem e recomendem métodos científicos e econômicos para o aproveitamento das matas e o reflorestamento do solo desbravado, nada conseguem diante do descaso dos devastadores.³⁹

Essa devastação “indígena”, como mencionado na revista e trazido acima, é questionada pelo uso que faz de uma técnica tradicional de queimada, a chamada coivara, que cobre o solo com matéria orgânica, que se acredita melhorar a produtividade do solo.

OUTRAS INDÚSTRIAS

Terceira causa, o lugar das outras indústrias na devastação das florestas é ressaltado ao se reforçar que indústria de produção de papel não é a única a explorá-las. Algo do tipo: a indústria do papel não é a única exploradora, pois existe gente que explora, e muito mais do que ela. E assim, quando *assume que indústrias de modo geral impactam negativamente a existência das florestas*, recorre-se primeiramente a outras indústrias

³⁸ O Papel, “O problema florestal”. **O Papel** (março, 1941a): p. 25. Hoje é amplamente reconhecido que há uma racionalidade ambiental em tais práticas agrícolas-camponesas. Worster (1991, 205), por exemplo, afirma que “essa agricultura, chamada itinerante ou de coivara, tem sido geralmente considerada não-prejudicial ao ecossistema como um todo; com o tempo, o equilíbrio é restabelecido”. Carvalho (2008, 239), por sua vez, afirma que, “quando se insere estas práticas, como a coivara, não na racionalidade econômica maximizante, mas dentro de outras racionalidades, são as práticas modernas que são colocadas em xeque, como ‘irracionais’, ou carecedoras, de uma racionalidade ambiental”.

³⁹ O Papel, “O problema florestal”. **O Papel** (março, 1941a): p. 28.

que fizeram isso de forma mais degradante e anteriormente: ou seja, que fizeram isso antes da indústria do papel, ou em maior escala que a indústria do papel.

Os primeiros a serem apontados são a produção e o consumo industrial de lenha e carvão vegetal para uso como combustível. Assim, omite-se as necessidades da própria indústria do papel, ao se observar que: “O esforço individual, de alguns agricultores mais esclarecidos, em prol do reflorestamento das suas terras, não supre, nem de longe, *as necessidades atuais e futuras de madeira para obra e lenha para combustível*”⁴⁰.

Portanto, para construir esse argumento e criar essa representação na revista, cita-se que as essas indústrias, além de usarem mais e de terem começado a usar primeiro, também têm as suas necessidades, para as quais a melhor solução, reforçando mais uma vez, é por meio do reflorestamento. A indústria do papel, portanto, é representada como categoria pertencente a uma pequena parcela privilegiada indústria, consciente e preocupada em assumir uma solução válida às questões florestais, que outras nem sequer discutem.

EXPLORAÇÃO RACIONAL, EXPLORAÇÃO IRRACIONAL E CONFLITOS DE RACIONALIDADES

Uma outra categorização recorrente na revista é formada sobre a exploração das florestas. Como mencionamos anteriormente, a prática da exploração nunca é questionada, mas apenas a forma como se explora que é. Nesse caso, revela-se uma divisão entre uma exploração racional e uma exploração irracional. O que leva o debate ao campo do conflito de racionalidades.

Afinal, quem define o que é racional e irracional? E a partir de quais parâmetros esses dois lados são separados? Por exemplo, é racional transformar uma densa floresta

⁴⁰ O Papel, “O problema florestal”. **O Papel** (março, 1941a): p. 28, grifo nosso.

tropical, com diferentes espécies, em uma floresta com pouca variedade, que fora transplantada para uma região onde ela não é nativa? Nesse caso, atende-se a uma racionalidade econômica, mas será que essa prática se mantém racional em termos ecológicos e socioambientais?

Uma característica atribuída à categoria do “racional” – e, portanto, distanciada da categoria do “irracional” – é o *controle*. O controle é possível por meio de uma exploração dita racional, e está vinculado a disciplina e organização. O que significa dizer que as áreas de plantio de eucaliptos e pinheiros, por exemplo, são analisadas como racionais, “fazendas arborícolas organizadas e cuidadosamente supervisionadas”⁴¹. Percebemos que, aliado ao controle, está o cuidado.

Outra característica atribuída ao “racional” é o *planejamento*, pensamento de longo prazo, identificado aos “métodos científicos e econômicos” e, nessa mesma linha, desvinculado dos métodos que não sejam científicos e econômicos: vale dizer, dos métodos indígenas, sertanejos ou camponeses. Nessa representação, a racionalidade oposta, ou seja, neste caso, a irracionalidade, é descrita como sendo praticada pelo “desbravador de terras virgens – [o] nômade e impenitente derrubador de matas – [que] é *imediatista*” e, por isso mesmo, abate as árvores sem substituí-las “para o futuro aproveitamento”⁴². Afinal de conta, ele não compreende “a sua responsabilidade perante as gerações vindouras”⁴³.

Uma terceira característica que podemos observar como sendo atribuída à categoria do “racional” na revista *O Papel* é a *valoração*, referente à capacidade de gerar renda das florestas, ao valor econômico privilegiado nessa racionalmente. Esse valor é informado desde o nível da indústria até o nível do país, com a definição de que as

⁴¹ *O Papel*, “Resposta à ameaça de esgotamento das reservas florestais norte-americanas”. **O Papel** (abril, 1950b): p. 20.

⁴² *O Papel*, “O problema florestal”. **O Papel** (março, 1941a): p. 26, grifo do autor.

⁴³ *O Papel*, “O problema florestal”. **O Papel** (março, 1941a): p. 28.

florestas são um “patrimônio econômico nacional”. Com isso, a devastação atribuída aos pequenos e aos grandes lavradores, entre outros responsáveis, vira um desperdício e uma irresponsabilidade com “a riqueza econômica do país”, enquanto o reflorestamento “científico e industrial” – novamente ele – se torna “uma necessidade de ordem econômica patriótica”⁴⁴. Reflorestar é um ato de economia, para defender os interesses do país, com a liderança da indústria de produção de papel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As florestas são subdivididas em categorias como nativas ou artificiais; heterogêneas ou homogêneas; antieconômicas ou econômicas. Existe uma prioridade para que seu manejo seja limitado ao uso da técnica, enquanto demais formas de manejo, diferentes do trato técnico-científico, são consideradas prejudiciais às florestas e à própria natureza.

Esse embate gera conflitos de racionalidades: a exploração baseada na racionalidade técnico-científica e de fim econômico é a única capaz de engendrar a continuidade, segura e saudável, das florestas. Nesse mesmo caminho, a exploração a partir de outras formas, por uma agricultura considerada tradicional (praticada por camponeses ou indígenas), ou antiga (por grandes produtores de café), entre outras, é representada como o “real” motivo para a degradação das florestas.

Mas, se as florestas são categorizadas de distintas formas, elas são comumente representadas na revista como importantes reservas riqueza. Esse enfoque, quando visto isoladamente, não nos surpreende, uma vez que analisamos as interações das indústrias, empreendimentos basilares em sociedades de cultura ocidental, formadas hegemonicamente pelas interações econômicas (POLANYI, 2000).

⁴⁴ O Papel, “O problema florestal”. **O Papel** (março, 1941a): p. 28.

O que ressalta nisso tudo são as intenções captadas a partir do estudo do material, que dizem muito sobre a construção de representações feitas pela indústria – independente de qual área ela seja – que tomou lugar décadas antes do debate ambiental tomar espaço no seio da sociedade. Vejamos que a indústria de produção de papel se representa como uma das principais defensoras das florestas. É como se esse tipo de autoimagem estivesse nos primórdios do comportamento socioambiental das empresas que, não obstante as críticas relacionadas ao impacto que elas causam na sociedade e no meio ambiente.

Podemos considerar diferentes fatores que fazem com que a indústria dos dias atuais se manifeste em favor da defesa da natureza, por exemplo, entre os quais estão a pressão internacional e uma pretensamente rigorosa legislação ambiental em vigor. Podemos, podemos dizer, encontrar as raízes para esse tipo de representação observada atualmente, em uma visão utilitarista, que defende as florestas pelo valor econômico que elas podem agregar e não por outros tipos de valores possíveis – embora a transmissão dessa ideia considere, nos dias atuais, esses outros valores, como forma de dar respaldo aos anseios de uma sociedade caracterizada como ambientalmente mais consciente.

O conceito de desenvolvimento sustentável, assim como o entendemos hoje, ainda não existia no período analisado (nas décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960), tendo sido constituído, conforme a historiografia da História Ambiental, a partir das décadas seguintes (1970 e 1980). A pressão social por uma postura ambiental das empresas não era a mesma que encontramos atualmente; os desastres ambientais não eram encarados sob a perspectiva que são hoje. Mas notamos que, por mais que se fale sobre sustentabilidade atualmente, continua-se degradando a natureza do planeta – *irreversivelmente*, como se dizia na revista O Papel da década de 1940.

FONTE DOCUMENTAL – FONTES PRIMÁRIAS

Parte 1 (1939-1965)

O Papel (1939-1965)⁴⁵ – Matérias que citam “floresta” em seus títulos, verificados a partir dos sumários publicados no início de cada edição da revista O Papel

1941: (1) O PAPEL. “O problema florestal”. **O Papel**, março, 1941a, 22-32.

1946: (2) O PAPEL. “Suécia – país florestal”. **O Papel**, fevereiro, 1946, p. 53-54.

1947: (3) O PAPEL. “O Congresso Internacional de Florestas e Madeiras de Paris”. **O Papel**, agosto, 1947, p. 54.

1948: (4) O PAPEL. “A técnica na exploração florestal”. **O Papel**, setembro, 1948, p. 61-62.

1950: (5) O PAPEL. “O problema florestal em São Paulo”. **O Papel**, fevereiro, 1950 (1950a), p. 35-40. (6) O PAPEL. “Resposta à ameaça de esgotamento das reservas florestais norte-americanas”. **O Papel**, abril, 1950 (1950b), p. 20. (7) O PAPEL. “Assembleia da Sociedade Canadense de Engenheiros Florestais”. **O Papel**, abril, 1950 (1950c), p. 58-59. (8) O PAPEL. “Consultor técnico florestal”. **O Papel**, julho, 1950 (1950d), p. 21.

1951: (9) O PAPEL. “Baseada no reflorestamento a indústria de celulose no Brasil”. **O Papel**, agosto, 1951 (1951a), p. 17-18. (10) O PAPEL. “Algo sobre florestas”. **O Papel**, agosto, 1951 (1951b), p. 41-45.

1952: (11) O PAPEL. “Altos prejuízos causados pelos incêndios florestais em 1950 nos EUA”. **O Papel**, janeiro, 1952 (1952a), p. 32. (12) O PAPEL. “Fazendas florestais”. **O Papel**, janeiro, 1952 (1952b), p. 33-38.

1953: (13) O PAPEL. “Novas diretrizes para a política de aproveitamento das reservas florestais do Brasil”. **O Papel**, fevereiro, 1953, p. 15-16.

1954: (14) O PAPEL. “Em que consiste o problema florestal”. **O Papel**, maio, 1954 (1954a), s/n (2 pg.). (15) O PAPEL. “O problema florestal”. **O Papel**, junho, 1954 (1954b), s/n (2 pg.).

1956: (16) O PAPEL. “Novo projeto de Código Florestal elaborado por uma Comissão Especial”. **O Papel**, junho, 1956 (1956a), s/n (11 pg.). (17) O PAPEL. “Grande exposição internacional de máquinas florestais em Stockholmo”. **O Papel**, junho, 1956 (1956b), s/n (3 pg.). (18) O PAPEL. “Produção da indústria florestal finlandesa e exportações em 1955”.

⁴⁵ Baseado em 50 textos da revista O Papel publicados de 1939 a 1965. A análise inicial destacou 52 textos pertinentes nos sumários. Porém, dois deles não estavam publicados internamente na revista, ou não estavam presentes no acervo. Acreditamos mais na primeira hipótese, considerando a numeração das páginas: de que os textos foram incluídos nos sumários, porém retirados da versão de final da revista. São esses dois textos: O PAPEL. “Programa governamental de reflorestamento”. O Papel, março, 1961 (1961d), s/n. O PAPEL. “A reserva florestal do mundo”. O Papel, janeiro, 1963 (1963a), s/n.

O Papel, julho, 1956 (1956c), s/n (1 pg.). (19) O PAPEL. “Algumas cifras do desenvolvimento da indústria florestal finlandesa em 1955”. **O Papel**, setembro, 1956 (1956d), s/n (1 pg.).

1957: (20) O PAPEL. “Florestas”. **O Papel**, julho, 1957, s/n (6 pg.).

1958: (21) O PAPEL. “Monte Alegre – o maior reflorestamento do Brasil”. **O Papel**, novembro, 1958, s/n (2 pg.).

1959: (22) O PAPEL. “Descrição de árvores florestais e sua aplicação”. **O Papel**, agosto, 1959 (1959a), s/n (8 pg.). (23) O PAPEL. “Comissão Florestal Latino-Americana: VI Reunião”. **O Papel**, novembro, 1959 (1959b), s/n (7 pg.). (24) O PAPEL. “O desenvolvimento das indústrias florestais e seu efeito sobre os bosques do mundo”. **O Papel**, dezembro, 1959 (1959c), s/n (38 pg.).

1960: (25) O PAPEL. “Investigações sobre genética das árvores florestais”. **O Papel**, março, 1960 (1960a), s/n (10 pg.). (26) O PAPEL. “A floresta é a imagem viva e firme da vitalidade da terra”. **O Papel**, julho, 1960 (1960b), s/n (6 pg.). (27) O PAPEL. “A Escola Nacional de Floresta”. **O Papel**, novembro, 1960 (1960c), s/n (12 pg.). (28) O PAPEL. “VII Reunião da Comissão Florestal Latino-Americana”. **O Papel**, novembro, 1960 (1960d), s/n (1 pg.).

1961: (29) O PAPEL. “A economia e o aproveitamento florestal da terra”. **O Papel**, fevereiro, 1961 (1961a), s/n (6 pg.). (30) O PAPEL. “O incógnito da floresta indígena e a ausência das pesquisas científicas florestais”. **O Papel**, março, 1961 (1961b), s/n (7 pg.). (31) O PAPEL. “Pesquisas de florestas em instituto de treinamento para a América Latina”. **O Papel**, março, 1961 (1961c), s/n (2 pg.). (32) O PAPEL. “Programa governamental de reflorestamento”. **O Papel**, março, 1961 (1961d), s/n (1 pg.). (33) O PAPEL. “O incógnito da floresta indígena e a ausência das pesquisas científicas florestais”. **O Papel**, abril, 1961 (1961e), s/n (3 pg.). (34) O PAPEL. “O incógnito da floresta indígena e a ausência das pesquisas científicas florestais”. **O Papel**, maio, 1961 (1961f), s/n (4 pg.). (35) O PAPEL. “Fundo especial de ONU aprova projeto da Escola Nacional de Florestas”. **O Papel**, julho, 1961 (1961g), s/n (1 pg.). (36) O PAPEL. “A incógnita da floresta indígena e a ausência das pesquisas científicas florestais”. **O Papel**, dezembro, 1961 (1961h), s/n (6 pg.). (37) O PAPEL. “A exploração racional das florestas da Amazônia”. **O Papel**, dezembro, 1961 (1961i), s/n (7 pg.). (38) O PAPEL. “A investigação e a capacidade florestal da América Latina”. **O Papel**, dezembro, 1961 (1961j), s/n (2 pg.).

1962: (39) O PAPEL. “Que é que deve conter uma legislação florestal elementar?”. **O Papel**, janeiro, 1962 (1962a), s/n (24 pg.). (40) O PAPEL. “Boletim Florestal da FAO”. **O Papel**, março, 1962 (1962b), s/n (9 pg.). (41) O PAPEL. “Academia Minus Grata - Escola Nacional de Floresta”. **O Papel**, julho, 1962 (1962c), s/n (9 pg.).

1963: (42) O PAPEL. “A reserva florestal do mundo”. **O Papel**, janeiro, 1963 (1963a), s/n (2 pg.). (43) O PAPEL. “Formação de novas florestas”. **O Papel**, abril, 1963 (1963b), s/n (10 pg.). (44) O PAPEL. “Formação de novas florestas”. **O Papel**, maio, 1963 (1963c), s/n (6

pg.). (45) O PAPEL. “Tratamentos das florestas”. **O Papel**, junho, 1963 (1963d), s/n (8 pg.). (46) O PAPEL. “También en lucha contra el hambre de maderas y productos florestales”. **O Papel**, novembro, 1963 (1963e), p. 30-36. (47) O PAPEL. “Documentário sobre reflorestamento da Companhia Melhoramentos de São Paulo”. **O Papel**, dezembro, 1963 (1963f), p. 23-24. (48) O PAPEL. “Florestas brasileiras poderão transformar-se em desertos”. **O Papel**, novembro, 1963 (1963g), p. 35-39.

1964: (49) O PAPEL. “Sugestões para o problema florestal”. **O Papel**, fevereiro, 1964, p. 13-22.

1965: (50) O PAPEL. “Texto do Código Florestal”. **O Papel**, dezembro, 1965, p. 97-102.

Parte 2 (Extras)

Matérias do conjunto coletado, de 1939 a 2014, que identificam informações institucionais sobre o posicionamento da revista, o grupo editorial, a ABTCP e outros

1. (Extra 1) O PAPEL. **O Papel**, janeiro, 1940, p. 1, 3.
2. (Extra 2) O PAPEL. “‘O Papel’ e o seu terceiro ano de existência”. **O Papel**, janeiro, 1941b, p. 6.
3. (Extra 3) O PAPEL. **O Papel**, janeiro, 1950, p. 1-14, 15.
4. (Extra 4) O PAPEL. **O Papel**, janeiro, 1960, p. 9.
5. (Extra 5) O PAPEL. **O Papel**, janeiro, 1970, p. 16.
6. (Extra 6) O PAPEL. “Revista ‘O Papel’ – 40 anos”. **O Papel**, novembro, 1979, p. 67.
7. (Extra 7) O PAPEL. “35 anos de ABTCP: um sonho, uma realidade, um ideal a serviço do desenvolvimento tecnológico do setor”. **O Papel**, abril, 2002, p. 55-62.
8. (Extra 8) O PAPEL ONLINE. “”. **O Papel Online**, fevereiro, 2014. Acessado em: 15 de agosto de 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Hermetes Reis de. Da mecânica ao motor: a ideia de natureza no Brasil no final do século XIX. *Projeto História*, São Paulo, n. 23, p. 151-167, nov. 2001.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *A participação do sistema BNDES na evolução do setor de papel e celulose no Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, 1991.

BARROS, José d'Assunção. *O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 221-236, 2006.

BUAINAIN; Antônio Márcio; BATALHA, Mário Otávio. *Cadeia produtiva da madeira*. Brasília: IICA; MAPA/SPA, 2007.

CANGIANI, Michele. A teoria institucional de Karl Polanyi: a sociedade de mercado e sua economia "desenraizada". In: POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2012. p. 11-44.

CARNEIRO, Ricardo; MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *A Saúde no Brasil em 2030 – prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. p. 135-194.

CARRAZZA, Luís Carlos; BACHA, Carlos José Caetano. Evolução, estrutura e desafios da indústria de papéis no Brasil: período de 1965 a 2000. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. *Anais*. Brasília: Sober, 2004. p. 1-14.

CARVALHO, Ely Bergo de. *A modernização do sertão: terras, florestas, Estado e lavradores na colonização de Campo Mourão, Paraná, 1939-1964*. 2008. 346 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CARVALHO, Ely Bergo de. Industrialização enquanto progresso nos livros didáticos de história do Brasil, 1972-2012. *História*, São Paulo, 2017.

CARVALHO, Ely Bergo de. No fundo da mata virgem: a complexidade de um elemento mítico no imaginário ocidental sobre a natureza. *Tempo e argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 135-153, jul./dez. 2010.

CARVALHO, Ely Bergo de. Os historiadores e as florestas: dez anos depois de A ferro e fogo. *Esboços*, Florianópolis, v. 12, n. 13, p. 107-124, 2005.

CARVALHO, Ely Bergo. *Sombras do passado, projetos de futuro: as florestas nas memórias dos agricultores de Engenho Beltrão – Paraná, 1947-2003*. 2004. 174 f. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

COLLARO, Antonio Celso. *Projeto gráfico: teoria e prática da diagramação*. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Summus, 2000.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão.; LOWY, Ilana; FEHR, Johannes; MAIA, Carlos Alvarez; OTTE, Georg; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de; SCHLUNDER, Martina. *Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. *Bancos Oficiais do Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Reinaldo. *Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

DUARTE, Regina Horta. “Eu quero uma casa no campo”: a busca do verde em Belo Horizonte, 1966-1976. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 159-186, jan./jun. 2014.

DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DUARTE, Regina Horta.; OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. Entre ipês e eucaliptos. *Nômadias*, Bogotá, n. 22, p. 74-85, abr. 2005.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas, Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

ERBER, Fábio Stefano. Desenvolvimento econômico: o recorte setorial. In: SÃO PAULO, Elizabeth Maria de; KALACHE FILHO, Jorge; ERBER, Fábio Stefano. *BNDES 50 anos: histórias setoriais*. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2002. p. 9-15.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

FLECK, Ludwik; CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*: introdução à doutrina do estilo de pensamento e do coletivo de pensamento. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos*: o breve século XX, 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. Revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOSOKAWA, Roberto Tuyoshi; MOURA, José Brandão de; CUNHA, Ulisses Silva da. *Introdução ao manejo e economia de florestas*. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

JUVENAL, Thaís Linhares; MATTOS, René Luiz Grion. O setor de celulose e papel. In: SÃO PAULO, Elizabeth Maria de; KALACHE FILHO, Jorge; ERBER, Fabio Stefano. *BNDES 50 anos*: histórias setoriais. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2002. p. 49-75.

KLANOVICZ, Jó; ARRUDA, Gilmar; CARVALHO, Ely Bergo de (Orgs.). *História ambiental no sul do Brasil*: apropriações do mundo natural. São Paulo: Alameda, 2012. p. 8-9.

LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental da América Latina. *Esboços*, Florianópolis, v.13, p. 11-30, 2005.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental*: a reapropriação social da natureza. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LINHARES, Maria Yeda. *História Geral do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

LUCA, Tânia Regina de. Um repertório do Brasil: tradição e inovação na Revista Nova. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 97-107, jul./dez. 2006.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva [online]*, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

MCNEILL, John Robert; ENGELKE, Peter. *The Great Acceleration*: an environmental history of the anthropocene since 1945. Cambridge; Londres: Harvard University Press, 2014.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yeda. *História Geral do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. p. 319-344.

MORIN, Edgard. *Ciência com consciência*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NUCCI, João Carlos. Origem e desenvolvimento da ecologia e da ecologia da paisagem. *Revista Eletrônica Geografar*, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 77-99, jan./jun. 2007.

ONU [Site]. Sobre a ONU; Conheça a ONU. Disponível em <www.onu.org.br>. Acessado em 06/03/2017.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados (online)*, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PAIM, Gilberto. *Industrialização e economia natural*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Tradução Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

REIS, José Carlos. *Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

ROMANELLO, Jorge Luiz. *A natureza no discurso fotográfico da revista O Cruzeiro: paisagens e imaginário no Brasil desenvolvimentista*. 2006. 269 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Tradução Antônio Angonese. Bauru: Edusc, 2001.

SACHS, Jeffrey; LARRAIN B., Felipe. *Macroeconomia: edição revisada e atualizada*. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

SANTOS, Jefferson Rodrigues dos. *A dinâmica territorial das indústrias de celulose e papel: a expansão no Brasil e a incorporação do Rio Grande do Sul*. 2012. 308 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHLESINGER, Hugo. *Geografia industrial do Brasil*. São Paulo: IEPE, 1956.

SILVA, Carlos Alberto Farinha e; BUENO, Jefferson Mendes; NEVES, Manoel Rodrigues. A indústria de celulose e papel no Brasil. *Guia ABTCP Fornecedores e Fabricantes (online)*, ed. 2015/2016, p. 20-32, 2016.

SILVA, Carlos Alberto Farinha e; BUENO, Jefferson Mendes; NEVES, Manoel Rodrigues. A indústria de celulose e papel no Brasil. *Guia ABTCP Fornecedores e Fabricantes (online)*, ed. 2016/2017, p. 16-28, 2017.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária; A implantação e a crise da nova república – Política e crescimento econômico na nova república. In: LINHARES, Maria Yeda. *História Geral do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. p. 345-379; 445-461.

SOARES, Sebastião José Martins. *O setor celulose-papel*. Campinas: UNICAMP, 1990.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

THOMPSON, E. Intervalo: A lógica histórica. In: _____. *A miséria da teoria, ou, Um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. P. 47-62.

VILAS BOAS, Sérgio. *O estilo magazine: o texto em revista*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1996.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. 7. ed. Lisboa: Presença, 2002.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

WORSTER, Donald. *Transformaciones de la Tierra*. Tradução Guillermo Castro Herrera. Panamá: Imprenta Universitaria, 2001.

